



Trabalhadores aprovam estado de greve contra Fenop e param contra reformas e terceirização nesta quarta (15)

Postado por: Comunicação FNP

em: março 13, 2017

Na categoria: Destaque

Vindos de várias partes do Brasil, portuários, estivadores, arrumadores, capatazia, guardas portuários e demais categorias dos portos, se reuniram entre os dias 9 e de março em Plenária no Rio Janeiro. No encontro, os trabalhadores e trabalhadoras aprovaram o plano nacional de luta. A primeira ação do plano acontecerá na próxima quarta-feira (15) com **protestos e paralisação de 24 horas** nos portos contras as reformas da Previdência e da CLT e Terceirização.

“Essas reformas são as maiores afrontas à classe trabalhadora nos últimos tempos. Nós não podemos ficar parados enquanto este governo acaba com os nossos direitos.

é por isso, no dia 15, que os portuários e portuárias vão se somar a outros ramos e categorias de todo o país em uma grande mobilização”, afirma o presidente da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Lírio Guterra.

Os trabalhadores já saíram de lá em **estado de greve** contra a proposta da Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP) em alterar a lei 12. 815/13 gerando uma série de prejuízos ao trabalho portuário. Também foi decidida a elaboração de uma **nota de repúdio à federação patronal**.

A modificação articulada pelos patrões com o governo Temer, “é inadmissível. Nós lermos o documento é nenhum item lá é negociável. A intenção deles, é de forma violenta, acabar com o trabalho na orla portuária. E ainda atacam a organização sindical”, explica o presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Wilton Ferreira. “Inclusive querem extinguir a atividade de bloco, conserto e de vigia e outras. É um total absurdo esse documento”, completa o presidente da Feccovib, Mário Teixeira.

Sobre o **Portus**, foi acertado que as federações irão encaminhar **um documento para o Ministério dos Transportes** cobrando uma solução para a recuperação do Instituto que está sob intervenção financeira desde 2011 pelo governo

Além disso, proposta por um trabalhador na plenária, também foi elaborada uma **nota de repúdio a declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia**, de que a Justiça do trabalho “não deveria nem existir”.

O Deputado Federal Glauber Braga (Psol/RJ) participou da plenária e comentou sobre a declaração de Maia. “É um absurdo, mas já de se esperar esse tipo de pensamento pela condução que ele faz na Câmara. Ele já disse que deveriam terceirizar todo tipo de trabalho e, se depender dele, todas as reformas e toda pauta anti-trabalhador serão aprovadas na Casa. E só vocês podem mudar isso. Um exemplo disto é a MP 595 que graças à mobilização de vocês nós conseguimos virar o jogo a favor do trabalhador. Por isso, é importante a mobilização de vocês, sempre”, ressaltou o parlamentar.

A aprovação do plano de luta foi resultado da contribuição dos trabalhadores que com o plenário aberto, todos puderam dar opiniões, questionar e propor ações. Por isso, após a aprovação do plano de luta, os presidentes das federações agradeceram as contribuições dos trabalhadores. A Plenária foi organizada pela Unidade Nacional Portuária, composta, além da FNP, pela FNE e Feccovib.



